CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

PEC da Educação é aprovada com folga

ASSEMBLEIA Proposta que inclui nas vinculações constitucionais os 2% de repasses previstos para a UEG teve 30 votos favoráveis em primeira votação

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Em uma sessão de quase três horas de duração, a Assembleia Legislativa aprovou ontem em primeira votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui, nas vinculações constitucionais para a Educação, os 2% de repasses hoje previstos para a Universidade Estadual de Goiás (UEG). Apesar das muitas polêmicas que cercaram a tramitação da matéria, ela foi aprovada com 30 votos favoráveis em plenário – cinco a mais que os 25 necessários em caso de PECs.

O último imbróglio envolvendo a aprovação da PEC era a articulação de dois deputados, Virmondes Cruvinel (Cidadania) e Karlos Cabral (PDT), para que o governador Ronaldo Caiado (DEM) aceitasse, em troca de apoio, atender demandas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), especialmente a aplicação do reajuste no piso salarial do magistério.

Eles ameaçaram não votar com o governo – o que gerou queixas de aliados de Caiado para que, se de fato o fizessem, fossem expulsos da base – e chegaram a tentar um acordo ontem, em reunião no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sem sucesso.

Na ocasião, o governador argumentou não ter viabilidade financeira para arcar com a medida, mas, segundo Virmondes, demonstrou "sensibilidade" à pauta, sinalizando que poderia atender o pleito futuramente, em um cenário fiscal mais estável. O deputado do Cidadania resolveu dar um "voto de confiança" ao democrata e votou favoravelmente.

Karlos, por outro lado, embora presente na Casa, não votou. Após a sessão, ele disse que continua tentando negociar com o governo e, perguntado sobre uma possível expulsão da base, afirmou que a decisão cabe exclusivamente a Caiado e que não é o assunto que o preocupa, por ora.

Houve, ainda, uma surpresa a respeito do placar de favoráveis: a presença de dois deputados até então na oposição, Tião Caroço (PSDB) e Coronel Adailton (PP). Nos últimos dias, ambos foram chamados pelo democrata e convidados a integrar a base. Os dois negaram, em entrevista ao POPULAR, que estejam de fato passando a compor o grupo de aliados, mas admitiram "disposição" em votar projetos de interesse do Executivo, como foi o caso, ontem.

No Plenário, além da discussão sobre o rito de tramitação, com deputados de oposição argumentando que havia vetos a serem votados e que eles trancariam a pauta, também houve questionamentos sobre a constitucionalidade da proposta.

Votaram contra a matéria Helio de Sousa, Lêda Borges e Gustavo Sebba, todos do PSDB, Alysson Lima (PRB), Lucas Calil (PSD), Henrique Arantes (PTB), Cláudio Meirelles (PTC), Antonio Gomide e Adriana Accorsi, ambos do PT. Além de Karlos, também não votou Talles Barreto (PSDB).

EFETIVOS

Caiado anunciou na tarde de ontem a nomeação de 132 professores para a rede estadual – outros 359 aprovados no concurso de 2018 já haviam tomado posse em abril. O anúncio, feito pelo Twitter, ocorreu em meio às discussões da PEC na Assembleia e foi visto como uma forma de tentar minimizar insatisfações com servidores da Educação, que propuseram ao governo, entre outras coisas, a convocação de professores efetivos e a realização de novo concurso público como forma de diminuir o efeito da PEC.

A outra principal demanda da categoria era o pagamento do piso salarial. O assunto foi tema de reunião feita na segunda-feira (9) entre o governador e a presidente do Sintego, Bia de Lima, além dos chefes dos Poderes, do TCE-GO e do MP-GO. Como mostrou O POPULAR, porém, a reunião não chegou a um consenso, embora o governo diga que o diálogo continua aberto.

Deputado tenta reajuste com fim do teto de gastos

Em meio às discussões sobre a vinculação constitucional da Educação, o deputado estadual Vinicius Cirqueira (Pros) apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para excluir os servidores da Educação do limite instituído pelo teto de gastos da Constituição Estadual.

Na prática, a matéria permite que haja promoção, uma vez por ano, das carreiras da área da Educação – estendendo o regime especial que, anteriormente, em 2017, já havia sido garantido à Saúde, à Segurança Pública e à Administração Penitenciária.

O teto dos gastos foi apresentado pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) como justificativa para não aplicar o reajuste do piso salarial dos professores, uma das demandas da categoria como contrapartida à aprovação, na Casa, da PEC, que inclui, nos 25% de vinculações constitucionais para a educação, os repasses de 2% para a Universidade Estadual de Goiás (UEG).

O texto foi apresentado ontem com a assinatura de 17 deputados, quase todos da base do governo – a exceção é Coronel Adailton (PP), que não integra oficialmente o grupo de aliados. Para apresentar uma PEC, é necessário o apoio de no mínimo 15 parlamentares.

Professores podem entrar em greve a partir de quinta

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Douglas Schinatto



Servidores da Educação estadual em assembleia da categoria ontem

Os servidores da Educação estadual aprovaram estado de greve em assembleia da categoria na noite de ontem. A paralisação de professores e administrativos deve se concretizar caso o governo não atenda às demandas feitas a fim de minimizar os efeitos da PEC que inclui os 2% da Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% de vinculação geral da Educação.

A proposta, que na prática reduz a vinculação da área de 27% para 25%, foi aprovada em primeira votação na sessão de ontem da Assembleia Legislativa e segue para votação definitiva na quinta-feira (12). Se isso ocorrer sem negociação, a categoria deve paralisar os serviços. É o que aponta a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima.

Ela diz que está organizando a categoria para entrar de greve. "Nesse tempo, vamos acompanhar a votação da PEC na Assembleia Legislativa e o governo pode apresentar uma proposta. Está nas mãos do governo e esperamos que os deputados ajudem na intermediação, fazendo o seu papel."

Entre as demandas dos servidores está o pagamento do piso salarial, da data-base e o descongelamento das progressões horizontais e verticais. Esse último ponto depende de modificação na Constituição Estadual, alterando a redação da PEC 54, que estipulou o teto de gastos no Estado, congelando promoções até 2020.

PEC nesse sentido foi apresentada ontem pelo deputado Vinícius Cirqueira (PROS), após conversa com o Sintego. O texto agora precisa aguardar dez sessões para que comece a ser analisado pelos parlamentares.

Projeto de lei proíbe ideologia de gênero

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem parecer favorável a um projeto de lei, de autoria do deputado estadual Henrique César (PSC), que "proíbe ideologia de gênero" nas escolas da rede pública e privada do Estado de Goiás. Em agosto, a matéria já havia causado polêmica depois de ter sido alvo de manifestação contrária do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Ao POPULAR, Henrique disse não ser contrário à discussão sobre o tema, mas defendeu que esse debate se dê em outras instâncias, como no ensino superior ou no âmbito dos próprios conselhos. "Eu acho que a ideologia de gênero tem que ser debatida, é um tema muito atual, para isso existem conselhos. Mas pro ensino básico não; na universidade, aí sim, cabe a discussão, porque uma pessoa com 18 anos de idade sabe o que quer da vida, já definiu o que vai ser."

"Eu só não acho viável levar esse tipo de matéria para dentro da sala de aula, com crianças. Eu tenho um filho de seis anos, ele não é preparado para debater isso, ser de repente direcionado, que o professor venha fazer apologia. O objetivo é resguardar mesmo as crianças e ter um certo cuidado com a formação delas. Pode se debater, mas em um ambiente em que as pessoas tenham maturidade para discutir isso", defendeu ele.

No parecer, o CEE questiona a concepção de gênero contida na proposta e causou polêmica justamente porque deputados como Rafael Gouveia (DC), Alysson Lima (PRB) e Cairo Salim (Pros) defenderam que a matéria não devia ser tratada em sala de aula.

Na CCJ, o deputado estadual Vinicius Cirqueira (Pros) chegou a apresentar um voto em separado pela rejeição, apontando que o relator do texto, Diego Sorgatto (PSDB) ignorou o parecer do CEE e que o texto desrespeita o princípio da pluralidade de ideias prevista na Constituição Federal. Apesar disso, o parecer final, elaborado pelo líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), acabou aprovado no colegiado. Agora, a matéria segue para análise em plenário.

Municípios podem ter repasse menor do ICMS Ecológico

FILTRO Terminado o prazo para apresentar recursos, 145 de 193 entes aptos a pleitear o crédito tributário tentam reverter pedidos indeferidos ou negados em parte

Karla Jaime
karla.jaime@opopular.com.br

De um total de 193 municípios aptos a pleitear o ICMS Ecológico, entre os 246 em Goiás, 7 não apresentaram pedido de adesão e postulação e 145 apresentaram recursos à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), após terem os pedidos indeferidos ou não totalmente contemplados na análise da documentação apresentada.

Terminou na segunda-feira, 9, o prazo para apresentar as argumentações contrárias à análise preliminar e a documentação complementar para comprovar o preenchimento dos requisitos necessários ao recebimento do crédito tributário.

A Instrução Normativa nº 3, de 22 de maio deste ano, da Semad, especificou a documentação necessária para cumprir os critérios determinados pela Lei Complementar nº 90 de 2011, que instituiu o ICMS Ecológico. O elevado número de recursos sinaliza para a dificuldade dos municípios em atender a essas exigências.

O resultado final deve ser anunciado em 16 de outubro. Caso seus recursos sejam negados, municípios que antes tinham pontuação máxima nas regras estabelecidas para o ICMS Ecológico terão suas notas rebaixadas – o que significa receber menor repasse de recursos – ou podem até mesmo não conseguir pontuar, ficando sem essa fatia na formação do Índice de Participação dos Municípios (IPM).

9

critérios constam na Lei Complementar nº 90, de 2011; para receber o porcentual máximo, é preciso cumprir no mínimo seis

Podem requerer recursos da parcela de 5% da arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços destinada a investimentos na preservação do meio ambiente (o ICMS Ecológico), os municípios que abriguem nos seus territórios unidades de conservação ambiental ou que sejam por elas influenciados ou ainda que possuam mananciais para abastecimento público.

É a partir do número de critérios cumpridos da Lei Complementar nº 90 que se define o porcentual a que o município terá direito: 3% aos que atenderem a no mínimo seis de nove requisitos; 1,25% aos que comprovarem cumprir ao menos quatro; e 0,75% aos que cumprem ao menos três.

Poucos municípios atendem ao primeiro critério, que diz respeito a gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive lixo hospitalar e resíduos da construção civil, aterro sanitário, incineração, reciclagem e compostagem. Outros referem-se a ações efetivas de educação ambiental, combate e redução de desmatamento e do risco de queimadas; conservação do solo, da água e da biodiversidade; proteção de mananciais de abastecimento público; adoção de medidas para adequação às normas de uso e ocupação do solo.

REPASSES ATUAIS

Neste ano, a referência para os repasses não se baseou em análises técnicas referentes a 2017 e ainda tem como base 2016. Isso ampliou de 99 para 166 o número de municípios e fez saltar de 23 para 116 os que tiveram pontuação máxima.

Conforme a Lei Complementar nº 90, as análises técnicas em 2018 têm como ano-base 2017. A antiga Secima, atual Semad, chegou a enviar o resultado dos processos administrativos e a lista dos 99 municípios contemplados para a antiga Sefaz, atual Secretaria da Economia, conforme divulgado pelo Coíndice. Contudo, a Lei Complementar Estadual 148, de dezembro de 2018, obrigou o Coíndice a manter inalterada, para fins de crédito do ICMS Ecológico no exercício de 2019, a relação dos 156 municípios do ano-base 2016, cuja apuração ocorreu em 2017 e tiveram repasses em 2018, além de incluir 10 municípios que não constavam daquela relação e foram contemplados na análise do ano-base de 2017. Com isso, chegou-se ao total de 166 municípios.

Análise mais rigorosa

Instrução normativa de maio deste ano especificou exigências para definir os repasses em 2020

193 Municípios goianos são aptos a pleitear o ICMS Ecológico

7 Não pediram adesão e postulação ao ICMS Ecológico

145 Entraram com recursos ao resultado da análise técnica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)



REPASSES MAIORES EM 2019

A Lei Complementar Estadual nº 148/2018 aumentou em cinco vezes o número de municípios com pontuação máxima no ICMS Ecológico

CRITÉRIOS	MUNICÍPIOS – SECIMA	MUNICÍPIOS – LC 148/2018
3	36	3
4	40	47
6	23	116
TOTAIS	99	166

REVISÃO JUDICIAL

16 municípios cujos Índices Ecológicos foram reduzidos pela LCE 148/2018 conseguiram decisão favorável da Justiça, fazendo valer os critérios da análise técnica anterior:

- Bela Vista de Goiás
- Campo Alegre de Goiás
- Ceres
- Cocalzinho de Goiás
- Córrego do Ouro
- Cumari
- Damianópolis
- Goiatuba
- Guarani de Goiás
- Hidrolândia
- Montes Claros de Goiás
- Morrinhos
- Mossâmedes
- Ouvidor
- Senador Canedo
- Simolândia

Fontes: Semad e Secretaria da Economia

Coíndice deve deliberar sobre IPM Provisório no próximo dia 19

Para definir os porcentuais do ICMS Ecológico aos municípios, são apuradas neste ano as informações do ano-base 2018, que culminarão na aprovação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) utilizado no repasse da quota-parte do ICMS no exercício de 2020.

O Coíndice já solicitou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) a listagem preliminar dos municípios contemplados para embasar o cálculo do IPM Provisório 2019, cuja reunião para deliberação e aprovação está marcada para o dia 19 de setembro.

A quantidade de municípios beneficiados pelo ICMS Ecológico e os porcentuais a eles destinados podem ser diminuídos pelo rigor maior exigido no cumprimento de critérios técnicos.

O HOJE (11/09)

Goiás gastará menos com Educação

Redução, de 27% para 25%, foi aprovada ontem em primeira votação no plenário da Assembleia

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje



Matéria recebeu aval de 30 deputados, enquanto nove se opuseram à medida

O Estado de Goiás vai passar a aplicar, anualmente, em Educação, 25% de sua receita em impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, na educação básica, profissional e no ensino superior, incluindo a Universidade Estadual de Goiás (UEG), a quem caberá 2% da base vinculada. A alteração tem o aval do governador Ronaldo Caiado (DEM).

A alteração foi aprovada ontem, em primeira fase, pelo placar de 30 votos a favor e nove contra, a partir de uma emenda apresentada pelo líder do governo, Bruno Peixoto (MDB), adicionada à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do deputado Vinícius Cirqueira (PROS), que a autoriza a celebração de convênios entre o Estado e os municípios para o compartilhamento de informações sobre as transações realizadas por meio dos cartões de crédito e débito.

O artigo 158 da Constituição estadual prevê a aplicação de, no mínimo, 27% da receita, incluindo a proveniente de transferências, destinando pelo menos 25% da receita na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, na educação básica, prioritariamente nos níveis fundamental e médio, e na educação profissional. Para a UEG, destina 2% e 1,25% na execução de política voltada para a ciência e a tecnologia.

A discussão em torno da matéria provocou embate entre a base aliada e a bancada da oposição. A polêmica teve início quando Bruno Peixoto anexou à uma PEC de sua autoria, a emenda sobre a Educação. O texto original versava sobre publicidade das ações de deputados.

Diante da informação do deputado Cláudio Meirelles (PTC), de que a PEC não teria as assinaturas suficientes para a sua apresentação, Peixoto retirou a sua emenda, quando a mesma já havia sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

O embate continuou quando o líder do governo decidiu apresentar emenda de igual teor à PEC de Vinícius Cirqueira. Ontem, em plenário, a oposição tentou que a propositura fosse retirada de pauta. "Essa emenda está em cima de outra PEC do deputado Vinícius Cirqueira. Isso não pode, a PEC tem todo um procedimento próprio que deve ser seguido", afirmou Cláudio Meirelles (PTC). "Fazendo assim, amanhã a Justiça pode reformar e vai dar mais prejuízo ainda", alertou. "Não pode simplesmente fazer esse atropelamento. O que estão fazendo é ilegal, fere o Regimento".

Meirelles se pronunciou quando Peixoto apresentou um requerimento pedindo à mesa diretora a inclusão da PEC na pauta da sessão ordinária, sendo aprovado por maioria.

O petista Antônio Gomide pediu então ao autor da PEC que retirasse a proposta. "Eu te peço, retire essa PEC e deixe o governador assumir a responsabilidade. Ele não teve coragem nem de assinar esse projeto, o senhor está sendo usado", afirmou. Mas Vinícius Cirqueira não atendeu ao pedido.

Para o deputado Wilde Cambão (PSD), a proposta é positiva para a sociedade e necessária para que o Governo consiga reorganizar as contas públicas e, assim, ter condições de investir para gerar ainda mais desenvolvimento ao estado de Goiás.

Bruno Peixoto alega dificuldade financeira do Estado

Ao justificar a emenda que trata da Educação, Bruno Peixoto disse que o Estado vive seu pior momento financeiro, tendo decretado estado de calamidade financeira, fato reconhecido pela Assembleia Legislativa.

Segundo ele, há o risco de o Estado acumular "um gigantesco passivo que trará imensuráveis danos à gestão pública", com a recomposição de recursos para a Educação. "É importante frisar que há a imperiosa necessidade de se trazer a realidade financeira do Estado à baila, e não mais promover o faz de conta acontecido ao longo dos últimos anos, até que culminasse no parecer pela rejeição das contas do exercício de 2019", frisa Peixoto.

Diante dessa realidade, o líder do governo afirma que a alteração é importante, para evitar problemas maiores e cumulativos ao longo dos próximos anos, com a inserção do ensino superior no rol dos itens vinculados para gastos com Educação, "pois, do contrário, continuará o estado de Goiás a trabalhar na realidade de faz de conta, tendo que buscar soluções até mesmo ao arrepio da lei, já que ao longo dos últimos anos o percentual de 25% não foi alcançado", sustenta.

Por fim, o líder do governo reitera apoio à manutenção da vinculação constitucional de gastos com Educação, acrescida do ensino superior, "garantindo-se, ainda, o percentual destinado à UEG, sem prejuízo da possibilidade de utilização de valores superiores, caso haja disponibilidade para tanto no futuro".

Recursos

O governador Ronaldo Caiado enviou à Assembleia projeto de lei, lido ontem em plenário que autoriza a abertura de créditos especiais no valor de R$ 7.830.000,00 para a Universidade Estadual de Goiás, para cobrir despesas da instituição.

SEMAD

Novas regras podem excluir municípios do ICMS Ecológico

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje



Prefeituras podem perder até 15% da arrecadação municipal

Municípios que antes tinham pontuação máxima nas regras estabelecidas para o ICMS Ecológico no Estado de Goiás correm neste ano o risco de ter suas notas rebaixadas, o que significa receber menor repasse de recursos, ou até mesmo não conseguir pontuar, ficando sem essa fatia na formação do Índice de Participação dos Municípios (IPM), o que pode representar uma perda ainda maior de verba pública.

O motivo que tem deixado gestores municipais em alerta são as regras mais rígidas para enquadramento, estabelecidas pela Instrução Normativa nº 3, de 22 de maio deste ano, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), antiga Secima, que impõe nove regras, que têm que ser cumpridas pelos municípios. O prazo final para os recursos das prefeituras acabou na última segunda-feira (9), e o resultado deve ser publicado somente no dia 15 de outubro.

Caso o ente federado cumpra três destas regras definidas, ele fica na cota de 0,75%; no caso de quatro demandas cumpridas, ele fica com 1,25% e no caso de cumprir seis, o município se enquadrará na cota de 3%.

Haroldo Naves, presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), diz que muitos municípios tiveram dificuldade em atender aos critérios da Semad, porque alguns critérios exigem documentações referentes ao ano de 2018. "Como não havia esta obrigatoriedade, os municípios não se prepararam para juntar estes documentos, que exigem várias atas e documentações que, anteriormente, não eram exigidos", comentou.

Naves, porém, avalia que, nos próximos anos, sabendo antecipadamente, os municípios vão se adequar. "Acredito que para o ano que vem nós vamos conseguir nos adequar, porque saberemos o que somos cobrados", avalia.

De acordo com o advogado tributarista, André Abrão, muitos municípios que se habilitaram no ano passado não conseguirão neste ano por estes motivos e, por isso, sofrerão com a perda dos recursos.

Os municípios que não conseguiram se adequar às regras estabelecidas para o ICMS Ecológico no Estado de Goiás podem perder, consideravelmente, os recursos que compõem o Índice de Participação dos Municípios (IPM) na arrecadação do ICMS do Estado. "O motivo desta não adequação pode ter sido a falta de recursos financeiros para se adequarem e também as regras mais rígidas para a inscrição", acredita o advogado.

Esta situação se deu após o Estado, por meio da Semad, exigir regras mais rígidas para enquadramento do ICMS Ecológico, que foi estabelecido pela Instrução Normativa nº 3, de 22 de maio deste ano. "Muitos municípios que se habilitaram no ano passado não conseguirão neste ano, o que causa grande preocupação", explica.

"Não conseguiram se adequar por falta de estrutura e de recurso financeiros, uma vez que para a criação, para a implantação e manutenção de alguns dos projetos previstos na Lei que regula o ecológico são extremamente onerosos, por exemplo aterro sanitário, unidades de conservação ambiental, mananciais de abastecimento público, dentre outros", avalia Abrão.

O advogado também adianta que, após o final do prazo de apresentação dos recursos e de novas documentações para adequação, último dia 9 de setembro, o único meio pelo qual os entes federados poderão recorrer, será por meio Judicial. Isto porque os municípios que perderam o prazo para recorrer, ou complementar seus requerimentos terão seus pleitos indeferidos, o que faz com que o ICMS Ecológico fique zerado.

Municípios podem perder arrecadação

Naves afirma que os municípios que perderam prazo ficam de fora, assim como aqueles que não atingiram os seis critérios, o que pode afetar, consideravelmente os recursos dos municípios. "Se ele atendeu menos que estes três, estará fora deste ICMS ecológico", afirma.

Isto pode significar, de acordo com o presidente da AGM, que um município de médio ou de grande porte perderão algo em torno de R$ 150 à R$ 170 mil/mês. Nos municípios menores a arrecadação equivale à mais de 15% dos recursos e pode inviabilizar vários municípios, assim como os que conseguiram se enquadrar nos critérios podem ter uma sobrevida.

"Será uma perda significativa, caso se confirme. Uma vez que o índice de ICMS Ecológico compõe o índice final, IPM, que é o índice de participação dos municípios no bolão de arrecadação de ICMS do Estado", avalia o advogado tributarista.

Os municípios apresentaram documentação para adesão e postulação ao ICMS Ecológico até 30 de junho e a Secretaria realizou a análise desses documentos entre os dias de 1º de julho e 28 de agosto, com a possibilidade de recursos até o último dia 9 de setembro. O resultado final será anunciado no dia 15 de outubro.

DIÁRIO DA MANHÃ (11/09)

Governo aprova com folga PEC da Educação

Governo de Goiás quer mudança orçamentária que une gastos com Educação e UEG; base teve 30 votos contra 9 contrários

Welliton Carlos

Com votação expressiva, 30 votos contra 9, a PEC da Educação foi aprovada, em primeiro turno, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) na tarde desta terça-feira, 10. A base aliada garantiu a aprovação com folga, já que o tema estava sendo debatido desde meados de agosto e formou-se a opinião de que é necessário tratar com responsabilidade fiscal as contas da educação, sem maquiá-las como no passado.

Os deputados da base caiadista afirmaram que acabou a era do "orçamento fake". Bruno Peixoto (MDB), líder do governo na casa, bem como o secretário de Governo, Ernesto Roller, comemoraram a expressiva primeira votação.

A proposta que modifica a Constituição Estadual, no que se refere aos investimentos em educação, ratifica que o estado aplicará, anualmente, no mínimo 25% da receita de impostos na educação, conforme manda a Constituição Federal, incluída a Universidade Estadual de Goiás.

Após aprovada em definitivo, a norma vai assegurar à instituição de ensino 2% de recursos orçamentários. Os deputados da base aliada reafirmaram que tanto a UEG quanto os investimentos correntes em educação não sofrerão perdas.

Do lado da base de deputados marconistas (que fizeram parte do governo anterior ou que o defenderam na casa de leis na legislatura anterior), o discurso mais contundente foi realizado por Gustavo Sebba (PSDB), que decretou a PEC como o começo do fim da educação em Goiás. Os deputados da oposição - caso dos petistas Adriana Accorsi e Antônio Gomide - se revezaram na luta contra a PEC.



Plenário da Alego: vitória do governo Caiado

Na defesa da proposta governista, vários parlamentares realizaram discursos confrontando marconistas e opositores. Os discursos em defesa da PEC eram diferentes para cada um dos críticos. Para os defensores da gestão Marconi/José Eliton, a base alegava que eles - quando ocuparam o governo - não cumpriram o que manda a Constituição (gastos de 25% com educação). Também alegaram que a "titularidade dos professores caiu na Assembleia no apagar das luzes, numa madrugada", como lembrado por Paulo Cézar Martins (MDB).

Para os petistas, os parlamentares da base garantiram que não ocorrerão perdas.